REVISTA RAÍDO
FLUXO CONTÍNUO
OPEN ACCESS
UFGD
DOI: 10.30612/raido.v18i46.18039

Contribuições para a Sociolinguística do Kaxinawá, uma Língua Pluricêntrica

Contributions to The Sociolinguistics of Kaxinawá, a Pluricentric Language

Sanderson Castro Soares de Oliveira (UFAM)
E-mail: sanderson@ufam.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4260-2934

Resumo: O presente trabalho discute a adequação da noção de língua pluricêntrica (Muhr, 2016; Norrby, 2020; Rodrigues, 2022; Sánchez, 2022) para a língua Kaxinawá, observando que as fontes normatizadoras, nesse caso, diferem bastante do que é observado para línguas europeias. A discussão é desenvolvida a partir da consideração das propostas ortográficas presentes em textos de referência sobre a língua e, especialmente, considerando as propostas distintas no Brasil e no Peru. Busca-se, dessa forma, demonstrar que há, pelo menos, 2 fontes normatizadoras da língua Kaxinawá, uma vinculada ao trabalho missionário do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) no Peru e outra vinculada à Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). As diferenças entre as fontes normatizadoras são evidenciadas pela análise das propostas ortográficas, que apresentam divergências substanciais nos dois países. Apresenta-se ainda um breve comentário sobre o contexto atual da língua Kaxinawá e sobre os linguistas indígenas que agora cumprem papel relevante na padronização de suas línguas. A discussão toma como base a problemática proposta no *I PLURI – Congresso Internacional de Línguas Pluricêntricas* (2021) e toma a definição de “línguas pluricêntricas” apresentada no evento.

Palavras-chave: Línguas pluricêntricas; Huni Kuĩ (Kaxinawá); Ortografia e padronização linguística.

Abstract: In the present paper I discuss the adequacy of the notion of pluricentric language(Muhr, 2016; Norrby, 2020; Rodrigues, 2022; Sánchez, 2022) for the Kaxinawá language, noting that the standardizing sources, in this case, differ greatly from what is observed for European languages. The discussion is developed based on the consideration of spelling language proposals present in reference texts on the language and, especially, considering the different proposals in Brazil and Peru. In this way, we seek to demonstrate that there are at least 2 standardizing sources of the Kaxinawá language, one linked to the missionary work of the Summer Institute of Linguistics (SIL) in Peru and the other linked to the Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). The differences between the standardizing sources are highlighted by the analysis of the spelling language proposals, which present substantial divergences in those countries. A brief commentary is presented on the current context of the Kaxinawá language and on the indigenous linguists who now play an important role in the standardization of their languages. The discussion is based on the problem proposed at the I PLURI – International Congress of Pluricentric Languages (2021) and takes the definition of “pluricentric languages” presented at the event.

Keywords: Pluricentric languages; Huni Kuĩ (Kaxinawá); Ortography and linguistic standardization.

1. PROBLEMATIZANDO O PLURICENTRISMO

O presente artigo é resultado de reflexões apresentadas na Mesa Coordenada Nº 16, intitulada “O Pluricentrismo de Línguas Indígenas: Singularidades e Desafios, do *I PLURI – Congresso Internacional de Línguas Pluricêntricas*, tomando, portanto, como base para a discussão o conceito de que “línguas pluricêntricas são aquelas que apresentam mais de uma norma linguística, a partir de dois ou mais centros normatizadores, muitas vezes integrantes de diferentes Estados Nacionais”[1]. De fato, a língua Kaxinawá, falada na Amazônia, na região de fronteira, no Brasil e no Peru, se encaixa nessa definição, mas algumas qualificações são necessárias.

A situação da língua Kaxinawá é bastante próxima ao tipo II de línguas pluricêntricas apresentado em Muhr (2016, 22), ou seja, apresentaria a “pluricentricidade formal” e se enquadraria no critério I de “ocorrência da PCL em ao menos dois países”. No entanto, é possível pensar que as variedades Kaxinawá se enquadram ainda em outros critérios, com ressalvas ao contexto de uma língua indígena minoritária. Tanto no Brasil quanto no Peru, a língua Kaxinawá não é oficial, mas tem reconhecido o seu *status* (critério 2) como língua de instrução, uma vez que a educação bilingue para populações indígenas é reconhecida em ambos os países e efetivamente ocorre nos territórios Kaxinawá (Reiter e Camargo, 2023; Reiter e Camargo, 2022; Matos, 2009; Kensinger, 1998; McCallum, 1990)[2]. Situação semelhante ocorre com o Guaraní, considerado língua pluricêntrica por Rodrigues (2022), mas que, no Brasil, por exemplo, é reconhecida apenas como língua de instrução. As variedades brasileira e peruana do Kaxinawá parecem estar ganhando “normas codificadas” (critério 6) paralelas nos países em que ocorrem, mas ainda é um tema que deve ser melhor investigado. Quanto ao critério de “relevância para a identidade”, McCallum (1990) estabelece as variedades da Área Indígena Jordão, do Alto Purus e Curanja e a do Envira e, tanto ela quanto Kensinger (1998) relacionam as variedades brasileiras em oposição à peruana com uma situação etnohistórica recente de diferenciação dos contatos dessas

1 A definição consta da apresentação da proposta do evento (https://doity.com.br/1congresso-internacional-linguas-pluricentricas) e, segundo o texto, está baseada em Kloss (1967, 1978). De fato, Kloss (1967) não fala em línguas pluricêntricas, mas *Ausbausprachen* (línguas por desenvolvimento) e *Abstandsprache* (línguas por distância), em línguas policêntricas e *near-dialectized sister languages* (línguas irmãs quase-dialetizadas). Infelizmente, não foi possível checar a outra publicação citada (Kloss, 1978).

2 De fato, o Peru “oficializou a normalização do alfabeto caxinauá”, em 2012 (Cf. Reiter e Camargo, 2023, 6; Ministério de Educación, 2015).

comunidades com as sociedades envolventes. De fato, Kaxinawá (2011; 2014), um linguista indígena falante da língua, estabelece oposição entre o "*Huni Kuĩ* do Brasil"[3] e o "*Hãtxa Kuĩ* do Peru"[4], reforçando a ideia dos demais autores de que a divisão dialetal/nacional tem sido relevante como marca de identidade (critério 5), ao mesmo tempo que reconhece a unidade *Huni kuĩ*. Infelizmente, nos faltam dados para afirmar a distância linguística entre as variedades (critério 3), sendo apenas sugerido que haveria uma alofonia /d/ => [d] ~ [r] no falar peruano enquanto no Brasil haveria apenas a pronúncia [r] em todos os ambientes, o que implica representações diferentes nas grafias (cf. Kashinawa, 2011, 41-2; Montag, 2008a, 5). Situação semelhante é relatada por Sanchez (2022) sobre o debate das vogais em Quéchua. Não obstante, cabe ainda mencionar que McCallum (1990) cita a adoção de empréstimos linguísticos do espanhol peruano e da língua portuguesa segundo a localização das variedades, o que é uma questão que merece atenção em pesquisas posteriores que busquem aprofundar a caracterização do pluricentrismo da língua Kaxinawá.

No que se segue, para o entendimento específico da questão Kaxinawá, apresentam-se algumas questões históricas de interesse que terão desdobramentos no desenvolvimento dos diversos sistemas de escrita hoje presentes nas comunidades Kaxinawá e que se considera que levam a uma diferenciação das línguas indígenas quanto aos critérios elegidos para considerá-las Pluricêntricas.

A definição dos centros normatizadores de uma língua vai depender, necessariamente, do *status* dado à língua ou a cada uma de suas variedades, mas não unicamente. No caso da família Páno, à qual pertence a língua Kaxinawá, um dos "centros" ou talvez fontes normatizadoras[5] tem sido, historicamente, a tentativa de coesão na construção dos alfabetos das línguas pertencentes a esta família linguística. Por outro

3 Huni kuĩ é como os indígenas Kaxinawá se denominam.
4 Hãtxa Kuĩ é como os indígenas Kaxinawá se referem a sua língua.
5 Usa-se o termo fonte normatizadora para uma oposição com relação ao termo centro normatizador, considerando que este se refere a um *locus* a uma entidade do Estado ou a um centro administrativo, enquanto o primeiro poderia se referir a instâncias menos definidas e com menor grau de poder e prestígio no interior do Estado como autores, pesquisadores, ONG's, etc.

lado, há que se observar “tradições”[6] distintas entre línguas Pano situadas em países de Língua Espanhola como língua oficial e línguas Pano situadas em um país de Língua Portuguesa oficial.

A primeira grande publicação sobre uma língua da família é o *Vocabulário Castellano-Quechua-Pano con sus Respectivas Gramáticas Quechua y Pana* (Navarro, 1903). Nessa obra, a língua Páno ou Panobo (que deu nome à família) é descrita e o autor estabelece o seguinte alfabeto: <*a, e, i, o, u*> para as vogais e <*b, c, ch, g, h, j, l, ll, m, n, p, q, r, rr, s, t, v, y, z*> para as consoantes, e ainda 3 consoantes que ele considera “compostas” <sh, tt, tz> (Navarro, 1903, 175). Essa obra pode ser considerada como a fundadora de uma tradição de ortografias de línguas Páno no Peru e na Bolívia, embora possamos retroceder no tempo e encontrarmos outras obras anteriores e, principalmente, listas de palavras. Claro também está que esse alfabeto inicial sofrerá modificações ao longo do tempo até chegar aos alfabetos contemporâneos das línguas da família.

Do lado brasileiro, a primeira obra de referência sobre uma língua da família é justamente a obra *Rã-txa Hu-ni-ku-ĩ: a Língua dos Caxinauás do Rio Ibuaçu, Affluente do Muru (Prefeitura de Tarauacá)*, de autoria de João Capistrano de Abreu (1914). Ao ler as preliminares dessa obra, é possível concluir que o autor utilizou as seguintes letras <*b, v, k, m, n, p, ç, ç’, d, h, r, t, tç, x, x’, tx, a, ã, é, ê, i, ĩ, ö, ô, õ, u, ũ, œ̃, y, w*> na sua proposta de escrita. Aparentemente, nem todos os símbolos representam distinções fonológicas e há algumas representações que poderiam ser discutidas mais detidamente, pois não parecem encontrar correspondências em propostas posteriores.

A partir das representações em Capistrano de Abreu (1914), Kaxinawá (2014) apresenta uma interpretação de alguns símbolos e sua equivalência fonológica, conforme reproduzido abaixo:

6 Talvez fosse melhor pensar em subtradicões, uma vez que as escritas utilizadas tanto no Peru quanto no Brasil derivam da tradição Latina, em oposição às tradições Semíticas, Cirílicas (Eslava), Devanagáris (Hindi), Kanas (Japonês) e Hánzis (Chinês), por exemplo. No entanto, há desenvolvimentos recentes que prefiro chamar de “tradições”, por representarem escolhas arbitrárias e relacionadas a uma cultura, a costumes nas escritas de determinadas línguas, principalmente no interior de uma família linguística ou de um país. Exemplos dessas tradições são o uso de <hu> ou <w> para representar [w], <qu> e <c> para representar [k], <h> ou <j> para representar [h]. Essas escolhas são motivadas por qualquer outra questão que não fatores fonético-fonológicos. Importante ainda lembrar que uso de alfabeto não é garantia de motivação fonético-fonológica e que, por outro lado, um sistema como o Hiragana japonês é capaz de distinções fonológicas como o traço (e.g. カ [ka] が [ga], em que o traço de sonoridade da consoante é distinguido pelo “tenten” adicionado ao *hiragana*) e são baseados na estrutura fonológica da sílaba.

Quadro I – Grafemas utilizados em Abreu (1914) e equivalência fonético-fonológica, segundo Kaxinawá (2014)

Abreu (1914)	Kaxinawá (2014)
ö	ɨ
œ̃	ɨ̃
ô	u
õ	ũ
a	a
ã	ã
i	i
ĩ	ĩ
tç	ts
x	ʃ
x’	ʂ
m	m
n	n
p	p
b	b
t	t
d	r
k	k
h	h
w	w
y	j

Fonte: Kaxinawá (2014)

Segundo Kaxinawá (2011, 44), “dos dados comparados acima observamos que com exceção dos sons fricativos e africados, cuja distinção escapou em vários momentos a Capistrano, sua percepção dos sons Hãtxa kuĩ foi exemplar”. Em todo caso, é possível ainda observar que algumas representações grafemáticas de Abreu (1914) não foram consideradas por Kaxinawá (2014).

Em ambos os trabalhos (Navarro, 1903; Abreu, 1914) é possível verificar grafias que tratam de uma unidade Páno, mas sem distinguir muito bem os status das línguas descritas. Nesse sentido, é possível ler em Capistrano, observações como: “não se encontra porem o t e tt fortes indicados pelos missionários castelhanos do Ucayale, provavelmente devidos á vizinhança do quechua. Tão pouco se encontra no

caxinauá som correspondente a cc, cq dos missionários, si esta grâphia representa o guttural kechua." (Op. Cit., 11)[7]. Importante notar que a unidade "Páno" é uma fonte normatizadora, embora não seja um "centro normatizador", em sentido estrito. Como mencionado anteriormente, o termo fonte normatizadora é utilizado, neste artigo, para diferenciar-se do conceito fortemente consolidado na pesquisa sobre línguas pluricêntricas "Centro Normatizador", que não parece ser adequado para se pensar a pluricentricidade de línguas indígenas brasileiras. De fato, a tradição de escrita em uma família linguística leva a certas decisões sobre a normatização de uma língua como, por exemplo, o uso de <e> para a vogal central alta [ɨ] em línguas da família Páno. Poderia ser alegado que é uma questão de base fonológica, mas em outras famílias o mesmo som é grafado como <y> ou <ü>. A questão da família como fonte para a normatização de línguas Pano é tão forte que mesmo em línguas em que o fone [e] ou [ɛ] ocorrem se opta por escrever o fone [ɨ] com o grafema <ë>, de forma a manter a semelhança ortográfica com as demais línguas no interior da família[8].

Dito isso, cabe ainda observar que as primeiras fontes normatizadoras são externas aos usuários das línguas e voltam-se muito mais aos falantes de línguas europeias interessados no aprendizado de línguas indígenas sul-americanas. Os interesses pela língua podem ser variados, mas destacam-se o interesse missionário, caso de Navarro (1903), e o interesse científico, caso de Abreu (1914). Cabe ainda salientar que as fontes normatizadoras não estão vinculadas a um poder ou espaço administrativo formal, ou seja, não são criadas pelo Estado Brasileiro, Peruano ou Boliviano, onde as línguas Páno são faladas.

A comparação desses 2 primeiros trabalhos nos faz entender algumas tendências gerais que aparecerão nos trabalhos posteriores:

a) Há uma tendência à representação de sons próximos com os mesmos símbolos das línguas nacionais (<m, n, b, p, t> em ambos os casos) ou de línguas europeias amplamente conhecidas (<h> no caso do autor brasileiro).

b) O uso de <*e*> para a vogal central alta [ɨ], no trabalho de Navarro (1903), o que se tornará o padrão para a imensa maioria das línguas Páno;

7 Em termos de tradições como fontes de normatização, é possível pensar que o Quéchua seria uma fonte normatizadora no sentido usado neste texto. Inicialmente, não há qualquer razão para se considerar que línguas Páno tenham sons correspondentes ao Quéchua nem mesmo que precisem apresentar distinções observadas no Quéchua em suas ortografias.

8 Importante lembrar que a questão de famílias linguísticas e, especialmente, de línguas próximas no interior de uma família está na discussão sobre línguas pluri/policêntricas desde Kloss (1967).

c) O uso de <*k*> do lado brasileiro, enquanto do lado hispano-falante se utiliza <*c*> ou <*qu*>;

Ainda sobre as fontes normatizadoras cabe considerar que muitas línguas são faladas em aldeias distintas e que a existência de mais de uma norma não está atrelada, necessariamente, a existência de "diferentes Estados Nacionais". Camargo (1991, 20) ao contextualizar a situação dos trabalhos sobre educação e linguística entre os Kaxinawá, além de apresentar os trabalhos feitos pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL) no Peru e feitos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) informa que "existem três grafias diferentes para o Kaxinawá. As organizações trabalham independentemente. As Missões Novas Tribos do Brasil (MNTB) trata igualmente a educação bilíngue [no lado brasileiro], mas apenas em uma comunidade Kaxinawá, em Feijó. Assim, esta comunidade recebe uma educação bilíngue com uma grafia diferente, até certo ponto, desta aplicada aos outros grupos Kaxinawá". Nesse sentido, cabe ainda pensar que a língua Kaxinawá falada no Brasil teve diferentes propostas de escrita ao longo do tempo. No presente artigo, consideramos como a proposta mais abrangente e consensual do lado brasileiro a que Elsje Lagrou denomina como "proposta para uma grafia unificada de Camargo (cf. Lagrou, 1991, III; Camargo, 1991)[9].

Caberia ainda indagar se, no caso de línguas indígenas, os "centros normatizadores" podem ser definidos pelos clãs internos a um grupo, pelo poder conquistado por determinadas aldeias ou por lideranças no processo pós-contato ou ainda pela vinculação a diferentes instituições que historicamente apoiam os processos educacionais de uma determinada etnia. Apesar de serem questões importantes, não temos espaço para nos aprofundarmos sobre estas questões[10].

9 A proposta apresentada em Lagrou (1991) é muito semelhante ao que se observa nos materiais pedagógicos da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI–AC), que é, inclusive, citada por ela. Até onde se sabe, essa ONG foi assessorada inicialmente pela linguista Ruth Maria Fonini Monserrat. Neste trabalho, considera-se a CPI-Acre como principal fonte normatizadora da língua Kaxinawá no Brasil, como será explicado mais adiante.

10 Norrby, Lindström; Nilsson; Wide (2020) discutem como o interesse das pesquisas sobre línguas pluricêntricas se desloca do estrutural ao pragmático e passam a considerar fatores sociais, mas observam que isso ocorre apenas nos anos 2000, ou seja, quase 40 anos após os trabalhos considerados fundacionais. Se mesmo em línguas muito mais estudadas e com muito mais descrição esses fatos levaram décadas para serem investigados, não seria razoável esperar que a investigação da pluricentricidade de uma língua indígena com poucas descrições e com bem menos estudos iniciasse por fatores sociais como os citados nesse parágrafo.

2. KAXINAWÁ, UMA LÍNGUA EM DOIS PAÍSES

Não obstante as questões levantadas anteriormente, enfocaremos o desenvolvimento de uma norma codificada da língua Kaxinawá em dois estados nacionais diferentes. Como será visto, esse desenvolvimento paralelo traz importantes desafios ao estabelecimento de propostas de escritas para a língua, à implementação de ações educacionais e às possíveis políticas linguísticas. Antes de chegarmos às questões contemporâneas, apresentaremos um repasse de como as ortografias atuais da Língua Kaxinawá se consolidaram nos dois países.

Nesta seção, tomamos como base a revisão histórica sobre a "concepção de linguística como ciência aplicada à Educação Indígena na América Latina, paralelamente à história da atuação do *Summer Institute of Linguistics* (*SIL*) nos países Latino-Americanos", realizada por Barros (1994, 18). Segundo a autora, o "modelo de educação bilíngüe baseado na linguística" teria surgido "no México através da aliança entre indigenistas mexicanos e missionários do SIL, além da participação de alguns membros da *Linguistic Society of America*[11], como Morris Swadesh e Norman McQuown. Dessa aliança, a escrita lingüística passou a ser difundida também nas escolas indígenas" (*Op. Cit.,* 19-20).

É este modelo que será difundido pelo SIL em toda a América Latina e do qual "Peru e Brasil são dois exemplos de países da América Latina onde a missão obteve o monopólio da educação oficial" (Barros, 1994, 24). No entanto, como veremos abaixo, a atuação do SIL nos dois países não se dá da mesma forma e, do lado brasileiro, a instituição terá pouca influência sobre a escrita contemporânea dos Kaxinawá.

2.1. El Instituto de Verano no Peru.

Segundo Barros (1994), o SIL chegou ao Peru em 1945 e como não havia um contexto indigenista ou antropológico no país, ele passou a atuar como mais uma das várias instituições estrangeiras que ali atuavam à época. Havia, portanto, uma defesa da educação escolar indígena em língua indígena como estratégia de integração, o que foi implementado pelo SIL, principalmente, através de publicações na revista *Peru Indígena*. No entanto, é somente em 1952 que o SIL consegue estabelecer a primeira escola indígena em seus termos e o primeiro "programa de educa-

11 SIL, na sigla em inglês.

ção bilíngue para os grupos indígenas da Amazônia através da criação de um curso para formação de professores indígenas na base do SIL de Yarinacocha" (Brend, Pike, 1977 *apud* Barros, 24).

O modelo implantado no país é bem recebido e apoiado por intelectuais e pelos distintos governos, de forma que o SIL passa a ter uma ação bastante estruturada no país, formando gerações de indígenas. Como bem apontado em Barros (1994, 27): "De fato, em nenhum outro país, o modelo do SIL tem sido aplicado de forma tão integral como no Peru (Brend, Pike, 1977, p. 72), ao ponto de toda a Educação Indígena para a região amazônica ser gerida pela missão e financiada pelo governo".

Esse é o pano de fundo que vai explicar a atuação forte do *Instituto Linguístico de Verano* (*ILV*) – nome dado ao SIL no Peru – na normatização da escrita Kaxinawá no Peru. São eles os responsáveis pelas principais publicações que orientam o uso da língua escrita no Peru:

a) *Diccionario Cashinahua – Tomo I* (Montag, 1981);

b) *Diccionario Cashinahua – Tomo II* (Montag, 1981);

c) *Lecciones para el Aprendizaje de la Gramática Pedagógica en Kashinawa* (Montag, 2008a);

Além dessas publicações, há materiais pedagógicos[12] e publicações linguísticas realizadas pelo ILV, mas não nos deteremos nelas. Uma simples observação do título do dicionário mostra algumas marcas de uma "tradição peruana" na escrita da língua Kaxinawá, nesses materiais. O uso de <c> [k], de <sh> [ʃ] e de <hu> [w] na grafia do etnônimo são marcas bastante fortes dessa tradição. No entanto, nas lições gramaticais traduzidas ao português, nota-se que há uma mudança que se aproxima da tradição brasileira com "k" e "w" para a grafia do mesmo etnônimo.

A publicação das "*Lecciones*" em espanhol, no ano de 2008, é mais recente que a sua tradução ao português, de 2004[13]. No entanto, como se trata de uma publicação do ILV em parceria com o Ministério da Educação do Peru, é possível concluir que a obra original teria sido escrita no Peru e em espanhol. No entanto, os organizadores

12 Esses materiais devem ser entedidos como prosas não-narrativas (Kloss, 1967).

13 Foram utilizadas as versões disponíveis *on-line* e é possível que essas datas se relacionem com a disponibilização dos materiais em ambiente digital e não necessariamente com as datas das publicações dos textos impressos. De fato, no próprio prefácio em língua portuguesa, está registrado que a versão em espanhol foi concluída em 1975 e na mesma versão é apontado que a primeira versão em língua portuguesa é de 1979.

registram, em ambas as publicações, que houve modificações e atualizações com relação a obra original publicada em 1975. Uma questão importante a se observar é que em cada uma das versões há uma proposta de alfabeto, como se pode ver nas imagens abaixo:

Versão em espanhol (Montag, 2008a, 5):

> II. Alfabeto y pronunciación
>
> El alfabeto del idioma Kashinawa consta de 19 letras: a, b, ch, d, e, i, j, k, m, n, p, s, sh, t, ts, u, w, x, y.
>
> La mayoría de las letras se pronuncia más o menos según la pronunciación castellana, con algunas excepciones.

Versão em português (Montag, 2008b, 7):

> II. Alfabeto e pronúncia:
>
> O Alfabeto da língua kaxinawá consiste em 19 letras. Cada vogal também tem sua forma nasalizada, e a nasalização é muito importante:
>
> a, b, d, e, i, h, k, m, n, p, r, s, sh, t, tx, u, w, x, e.
>
> ã ẽ ĩ ũ
>
> A maioria das letras se pronuncia mais ou menos segundo a pronúncia do espanhol, com algumas exceções.

De forma geral, as diferenças podem ser resumidas da seguinte forma:

Quadro II – Comparação das propostas ortográficas do Kaxinawá Peruano e do Kaxinawá Brasileiro

Alfabeto Kaxinawá Peruano	Alfabeto Kaxinawá Brasileiro
d	d, r
ch	tx
j	h
sh	x
ts	--[14]
x	sh

contínua

14 Embora não apareça como grafema no trecho citado, as palavras em que o fone [ts] ocorre são grafadas com <ts>.

an	ã
en	ẽ
in	ĩ
un	ũ

Fonte: elaborado pelo autor.

Como mencionado acima, as fontes consultadas (McCallum, 1990; Camargo, 1991; Lagrous, 1991; Kensinger, 1998; Reiter e Camargo, 2023) são unânimes ao estabelecer a forte influência do ILV entre os indígenas Kaxinawá que vivem do lado peruano em contraste com o que ocorre do lado brasileiro. Portanto, interpreta-se que a fonte normatizadora da língua Kaxinawá no Peru é, antes de tudo, o ILV, pelo menos em seu período inicial e no estabelecimento de um sistema escrito e de prosas não-narrativas (Kloss, 1967), que devem ter forte influência no remodelamento de uma língua. Ademais, cabe ainda mencionar que a língua passa a ter uma forte influência do espanhol como fonte de empréstimos, como também atestado nos autores anteriormente mencionados.

2.2. A CPI – Acre no Brasil

Embora Barros (1994, 24) considere que o Brasil seja um dos “exemplos de países da América Latina onde a missão obteve o monopólio da educação oficial”, referindo-se ao SIL; ao analisar os fatos apontados pela autora, nota-se que este monopólio no Brasil foi apenas formal, mas não ocorreu na prática. Segundo a mesma autora o SIL só consegue êxito para entrar no Brasil em 1957, quando apresentam um plano para “estudos das línguas indígenas”, não havendo interesse por parte de antropólogos, indigenistas e instituições de governo em “Educação Bilíngüe” (*Op. Cit.* 27). Havia, segundo a autora, um entendimento de que a educação não era necessária para a “integração” do indígena ao “Brasil rural”.

A cooperação do SIL com o Museu Nacional não gerou muitos materiais linguísticos e, em 1977, essa instituição constata que o plano de trabalho estabelecido não haveria sido cumprido. Interessante notar que, para a instituição brasileira, o problema era exatamente o desenvolvimento de materiais pedagógicos em detrimento da descrição linguística, como se pode ler no seguinte trecho:

> Não há, portanto, uma dependência regular entre a produção em lingüística descritiva e o envolvimento em atividades educacionais, sendo a constante o trabalho educacional. Isso permite caracterizar as atividades do *Summer Institute of Linguistics* como de cunho precipuamente pedagógico. (Museu Nacional, 1977 *apud* Barros, 1994, 29)

Por outro lado, o SIL consegue uma parceria com a FUNAI em 1969, o que mais uma vez lhe garantiu o controle formal da Educação Escolar Indígena no Brasil, mas que nunca chegou perto de se estabelecer da mesma forma que no Peru, onde o controle era formal e efetivo. Em todo caso, essa parceria vai deixar sua marca na portaria de 75/72, que estabelece a educação bilíngüe como um modelo no Brasil (cf. Barros, 1994, 28). Portanto, o SIL não consegue imprimir um programa do alcance e da estrutura do que foi realizado no Peru, mas ele deixa sua marca ao definir o missionário e o linguista como parte central da educação escolar indígena no Brasil. Mesmo com a interrupção dos acordos com SIL e sua proibição formal no Brasil, essa marca passa a novas gerações de linguistas leigos, que terão como um dos focos de seu trabalho a atuação na educação e no estabelecimento de escritas como parte de sua identidade:

> Aspecto importante da influência do SIL nos estudos das línguas indígenas no Brasil foi o de ter feito vingar a concepção do lingüista como educador. Se não era essa a concepção do lingüista americanista para a academia brasileira, quando o SIL chegou, acabou sendo na década de 80 a sua identidade para os próprios lingüistas acadêmicos que trabalham com línguas indígenas, segundo a pesquisa de Franchetto e Leite (1983, p.27). **Trabalhar na alfabetização em língua indígena passou a ser um dos objetivos do trabalho de estudos desses especialistas. A mediação realizada pelos missionários na difusão da tradição lingüística americanista no Brasil acabou deixando suas marcas na prática científica**.[15](Barros, 1994, 29, grifos meus)

15 O trabalho de Franchetto e Leite (1983) parte exatamente dessa indagação, da relação entre o linguista e o educador e didata que é solicitado pela FUNAI:

> Esses sentimentos se aguçaram no momento em que nos defrontamos com a organização pela FUNAI de uma reunião para a qual foram convocados individualmente linguistas que deveriam propor uma "filosofia linguística nacional" diretamente ligada à chamada "educação indígena". O Programa estabelecido pela FUNAI tinha como pressuposto que havia uma equivalência entre lingüista, educador e didata sendo pedido ao lingüista fornecer diretrizes para a efetivação de uma política e prática educacional para os índios. Começamos a indagar o porquê dessa identificação, uma vez que a FUNAI não iria inventá-la. Esse questionamento levou-nos a problemas mais amplos tais como a auto-identificação dos linguistas, suas trajetórias e seus engajamentos.

Em suas conclusões, as autoras apontam o SIL como um ator importante que leva à relação entre linguística e educação, mas também consideram a formação em cursos de Letras, por ser voltado a formar licenciados, e o papel da FUNAI como impulsionadora do modelo do SIL. Há outros fatores,

No caso Kaxinawá, no Brasil, quando estes são finalmente liberados do sistema de exploração a que eram submetidos, o movimento indigenista brasileiro começava a ter algum protagonismo em certas regiões. Nesse caso específico, a Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-Acre será a principal responsável por apoiar os indígenas para que possam se libertar do sistema de exploração e a reclamar direitos como a Educação. Ainda que tenha havido atuação missionária entre os indígenas, será a CPI-Acre o principal ator não indígena no processo de consolidação e expansão da Escola Indígena no estado do Acre[16].

O CPI-Acre, com o apoio de outras instituições, cria um programa de educação escolar indígena para os povos do Acre e trabalha com assessores de várias áreas, entre eles, a linguista Ruth Maria Fonini Monserrat, que relata sua primeira experiência no projeto no livro *Por uma experiência de Autoria* (Cabral, Monserrat, Monte, 1987) e que foi a responsável pela normalização das línguas dentro do projeto, no período inicial[17]. Ao contar seu primeiro contato com a turma interétnica que incluía alguns Kaxinawá, as observações da autora são bastante interessantes para a discussão que aqui se estabelece:

> a) escrita distinta para o mesmo fonema na mesma língua, decorrente de propostas alfabéticas diferentes de distintos pesquisadores e/ou instituições (é o caso do fonema /ɨ/, representado por e e ë, ou do fonema /ʃ/, representado por x e ch;
>
> b) uso de símbolos distintos para fonemas correspondentes de línguas distintas, pelos mesmos motivos, (é o caso do fonema /u/ que em Kaxinawá é grafado u, bem como em um dos dialetos Katukina, e como o em outro dialeto Katukina.

mas que não citaremos aqui. No entanto, cabe citar que as autoras argumentam, em outro trecho, ao falar sobre educação, que:

> Os fatores indiretos se prendem à formação dos lingüistas entrevistados. São quase todos oriundos de um curso em Letras, cursos esses que se destinam primordialmente à formação de quadros para o ensino de primeiro e segundo graus. **E mais, o *Summer Institute of Linguistics* contribuiu de um modo ou de outro para a nossa formação. Parece-nos apropriado pois, mais uma vez perguntar: até que ponto o *Summer* transmitiu apenas técnicas? Mesmo rejeitando a ideologia do Summer, indagamos mais uma vez, se as técnicas são independentes da ideologia.** (Grifos meus)

16 Para um resumo da questão, peço ao leitor que busque o texto *Por uma educação Indígena Diferenciada* (CABRAL, MONSERRAT, MONTE, 1987) e o texto de Matos (2009).

17 Matos (2009) informa que outros linguistas como Aldir Santos de Paula, Ana Suelly Arruda Câmara Cabral e Edineide dos Santos também atuaram em períodos posteriores do projeto.

> c) uso alternado de certos símbolos do português para grafar um mesmo fonema da língua indígena (é o caso de s e ss para o fonema /s/, de e e ê para /ɨ/, r e rr para /h/, u e w para /w/, e, qu e k para /k/, bem como o til sobre uma vogal nasal alternando com vogal seguida de n).

No Brasil, diferentemente do Peru, a educação indígena será fortemente relacionada a diferentes ONG's indigenistas e ao papel do assessor linguístico dos projetos desenvolvidos por indigenistas e indígenas[18]. Camargo (1994, V)[19] observa que "uma equipe de educação indígena bilíngue estabeleceu a grafia de algumas línguas pano, entre elas o Caxinawá". No entanto, a mesma autora observa ainda que: "Assim, quando eu parti para o campo, eu tinha em mãos o sistema fonológico, estudado por Kensinger, as listas lexicais elaboradas por diversos autores e dois manuais de aprendizagem: um em português e outro em caxinauá"[20]. Sobre os manuais citados, a autora consta em nota de rodapé que "estes manuais foram elaborados pela equipe de educação indígena da CPI-Acre, eles não são datados"[21].

Como mencionado anteriormente, Lagrou (1991) fala de uma "ortografia unificada" e referencia Camargo, que à época ainda estava "preparando seu doutorado". No entanto, ao buscar as referências em Camargo, nota-se a presença forte da CPI-Acre, ainda que essa última autora também mencione Kensinger, citando sua fonologia, mas não sua ortografia. As observações em Camargo parecem reforçar a nossa ideia de que é a CPI-Acre a principal fonte normatizadora da língua Kaxinawá no Brasil, pelo menos a partir da década de 1980.

Diferentemente do Peru, não ocorre a publicação de gramáticas nem de dicionários sobre a língua Kaxinawá. A escrita da língua vai se consolidando por meio dos processos educativos promovidos e da publicação de "prosas não-narrativas" (Kloss,

18 No Brasil, de forma geral, a atuação de ONG's indigenistas e indígenas é muito forte na consolidação da educação indígena e, consequentemente, haverá impactos para a normatização das línguas, como é o caso do Kaxinawá. Na década de 1990, esse movimento resulta na consolidação de uma série de leis e normas com base na garantia dada pela Constituição Federal de 1988 ao direito de uma educação indígena diferenciada e bilingue.

19 A autora se refere ao seu trabalho de campo em 1988.

20 O trecho completo no original em francês:

> A Rio Branco, dans l'Etat d'Acre, une equipe d'éducation bilingue indigène a établi la graphie de quelques langues pano, entre eles le caxinauá. Ainsi, lorsque je suis partie sur le terrain, j'avais em mains le système phonologique, étudié par Kensinger, des listes lexicales élaborées par divers auteurs et deux manuels d'aprentissage : l'un em portugais, l'autre em caxinauá.

21 A nota de rodapé no original em francês: "Ces manuels d'aprentissage ont été élaborés par l'équipe d'éducation indigène de la CPI-Acre. Ils ne sont pas datés.

1967), ou seja, de livros e cartilhas produzidos no âmbito da Educação Escolar Indígena. Esse contexto diferenciado, ligado a outros fatos históricos apresentados acima, explica parcialmente a presença forte da menção a duas variedades para o Kaxinawá na bibliografia sobre o povo e sobre sua língua (McCallum, 1990; Camargo, 1991; Lagrous, 1991; Kensinger, 1998; Reiter e Camargo, 2023). Da mesma maneira que em outras línguas consideradas pluricêntricas, assume-se a unidade Kaxinawá, inclusive, informando seus laços de consanguinidade, mas, por outro lado, assume-se uma divisão entre as duas variedades da língua que, além de apoiadas pelas diferenciações em suas normatizações iniciais, também se associam a um histórico pós-contato diferenciado e a uma relação com línguas nacionais diferentes, que servem como fontes de empréstimos contemporâneos. Há que se mencionar ainda que vários autores falam de graus diferentes de obsolescência nas duas variedades[22].

3. BREVES NOTAS SOBRE UM NOVO TEMPO

O processo de desenvolvimento da educação indígena no Brasil e no Peru, que se vincula indiretamente a tudo o que foi relatado anteriormente, tem levado ao ingresso de indígenas nas Universidades, na graduação e na pós-graduação. Esse acesso dos indígenas Kaxinawá aos níveis mais avançados de ensino tem levado a sua inserção na discussão, no estudo e na normatização de suas próprias línguas. Do lado brasileiro, o primeiro linguista indígena a obter um doutorado foi Joaquim Paulo de Lima (Kaxinawá). Desde sua dissertação, é notável seu esforço e preocupação não apenas com aspectos descritivos ou teóricos da língua, mas com a normatização, com a ortografia e com a produção de materiais sobre sua língua ou para as escolas do seu povo. De fato, Joaquim Kaxinawá já produzia materiais didáticos muito antes de ser doutor e está registrado com destaque no livro pioneiro sobre Educação Escolar Indígena no Brasil que descreve aspectos do início da Educação Escolar Indígena no Acre (Cabral, Monserrat, Monte, 1987).

22 Um dos revisores anônimos indagou se a diferenciação seria entre línguas (variedades linguísticas) ou entre ortografias, de forma que “considerar um único processo” seria “privilegiar uma perspectiva grafocêntrica”. No entanto, cabe ressaltar que a origem (cf. Kloss, 1967) da questão de línguas poli/pluricêntricas, assim como vários critérios utilizados ainda hoje para estabelecer línguas pluricêntricas (cf.Muhr, 2016) determinam a existência de sistemas escritos ou de “normas de codificação”, não se esquecendo que o planejamento linguístico é o responsável, em muitos casos, por criar a percepção de divisão entre variedades e por, inclusive, criar mais divisões ou mais unificação entre as variedades.

É notável a sua produção após a defesa de sua tese, com 8 livros publicados, artigos e capítulos de livros, além de oficinas e assessorias sobre sua língua ou sobre outros aspectos de sua cultura[23]. Essa intensa produção passa então a um novo tempo em que os próprios indígenas passam a ser as fontes normatizadoras de suas línguas. Aparentemente, Joaquim Kaxinawá optou por seguir a "tradição brasileira", como se pode notar em suas observações sobre ortografia no livro *Hãtxa Kena Xarabu*[24]*.* Apesar de ser aspecto importante, a questão de qual "tradição" ou fonte Joaquim Kaxinawá decidiu seguir é a de menor relevância, o mais importante é que agora a fonte normatizadora passa a estar nas mãos dos indígenas falantes de suas línguas[25]. Por sua vez, embora não tenhamos acesso amplo aos materiais produzidos pelos Kaxinawá do Peru, cabe ressaltar que ainda há diferenças na grafia das línguas, especialmente pelo uso de <d> (que não é usado na grafia de Joaquim Kaxinawá), de <n> (em final de sílaba para o que se grafa como nasalidade no Brasil) e pela questão das fricativas <sh> e <x>[26], que continuam não correspondendo; mas a ortografia reconhecida hoje pelo Governo do Peru é mais semelhante a do Brasil, dada a introdução de <k>, <w> e <y> no alfabeto registrado pelo Ministério de Educação do Peru.

23 Um dos avaliadores chamou a atenção para este ponto e que deveria receber mais destaque no artigo e ser articulado à discussão da língua Kaxinawá como uma língua pluricêntrica. Estou de acordo, mas entendo que este é um primeiro artigo e que, como em muitos outros casos, pesquisas posteriores com foco na pluricentricidade do Kaxinawá devem aprofundar as questões levantadas aqui. É possível que com a passagem da autoridade sobre suas línguas aos indígenas, eles decidam por aproximar mais suas propostas ortográficas e outros aspectos da normatização da língua. Em todo caso, a questão tornaria a situação Kaxinawá ainda mais interessante por permitir indagar se a pluricentricidade é permanente ou temporária.

24 A introdução e as notas sobre a ortografia são de Selmo Azevedo Apontes.

25 Optou-se por não comentar a situação no Peru por não ter tido acesso a muitas informações sobre a situação atual dos indígenas Kaxinawá em universidades e da sua atuação com relação a suas línguas. No entanto, há notícias de programas de formação de professores indígenas e de ingresso de indígenas nas universidades de lá. A questão é importante para o pluricentrismo e para entender se continuará havendo mais de uma fonte normatizadora para a língua agora que há autores e fontes normatizadoras indígenas.

26 Ambos os símbolos existem nas duas propostas ortográficas, mas, apenas para um exemplo, os brasileiros escrevem Kaxinawá, enquanto os peruanos escrevem Kashinawá. A relação se dará de forma inversa, quando os brasileiros usarem <sh>, os peruanos usarão <x>. Para entender a questão, veja o Quadro II deste artigo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, desenvolveu-se uma discussão sobre quais seriam as fontes normatizadoras da língua Kaxinawá no Brasil e no Peru, partindo da suposição de que há duas tradições de escrita diferentes nos dois países. Na continuidade, mostrou-se que as histórias de desenvolvimento da Educação Escolar Indígena e da Linguística nos dois países também parecem ter influenciado os sistemas de escrita utilizados pela etnia em um ou outro país. O artigo buscou explorar a questão da diferença entre a influência do SIL no Peru e a influência da CPI-Acre no Brasil e nas consequências que essas influências tiveram. A comparação mostra que as fontes normatizadoras não estão ligadas ao poder central do Estado ou à capital de um ou outro país, mas a questões históricas locais e a atores de menor influência na estrutura do Estado. Por outro lado, fica evidente que detalhes das ortografias são compreendidos se considerados os contextos apresentados ao longo do texto. É ainda apresentado um breve comentário sobre o momento presente em que os próprios indígenas começam a dominar suas escritas e começam a ser possíveis fontes normatizadoras de suas próprias línguas, o que não ocorria até bem pouco tempo atrás. Reconhece-se, entretanto, a limitação do texto em apresentar esse novo contexto e espera-se que novas pesquisas tragam luz sobre os trabalhos indígenas com suas línguas e as consequências para a normatização de suas línguas. De toda forma, acredita-se que o presente artigo não apenas caracteriza a língua Kaxinawá como uma língua pluricêntrica, mas, sobretudo, aponta para possíveis questões de pesquisa a serem investigadas de forma sistemática por outros autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. Educação bilingue, linguística e missionários. *Em aberto,* ano 14, n. 63 jul/set. Brasília, 1994. Pp. 18-37.

CABRAL, Ana Suelly; MONSERRAT, Ruth; MONTE, Nietta. *Por uma educação indígena diferenciada*. Brasília: CNRC/FNPM, 1987.

CAMARGO, Eliane. *Phonologie, morphologie et syntaxe etude descriptive de la langue Caxinaua (Pano).* Tese de doutorado, Université Paris-Sorbonne (Paris IV). 1991.

CAPISTRANO DE ABREU, João. Rã-txa hu-ni-ku-ĩ: grammatica, textos e vocabulário caxinauás. A lingua dos caxinauás do rio Ibuacú, affluente do Murú (Prefeitura de Tarauacá). Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1914.

FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne. A concepção dos linguistas. *In*: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 4, 2012. Pp. 15-30.

KAXINAWÁ, Joaquim Paulo de Lima. *Confrontando registros e memórias sobre a língua e a cultura huni kuĩ: de Capistrano de Abreu aos dias atuais*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

KAXINAWA, Joaquim Paulo de Lima. *Hãtxa Kena Xarabu*: Livro de palavras em Hãtxa Kuĩ. 1. ed. Rio Branco: NEPAN, 2020. v. 1.

Kensinger, Kenneth M. “Los Cashinahua”. *In*: Fernando Santos Granero (ed.) *Guía Etnográfica de la Alta Amazonía*. Vol. 3. Quito: Fac. Latinoamericana de Ciencias Sociales Sede Ecuador. 1998. 1-124.

LAGROU, Elsje Maria. *Uma Etnografia da Cultura Kaxinawá: entre a Cobra e o Inca*. Dissertação de Metrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1991.

MATOS, Marcos de Almeida. A Comissão Pró-Índio do Acre e as Línguas Indígenas Acreanas. *In*: *Revista Moara*, n. 32. Belém. Jul/dez 2009. pp. 88-107.

MCCALLUM, Cecília. Language, Kinship and Politics in Amazonia. *In*: *Man* (N.S.), n. 25. 1990. Pp. 412-433.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN (PERU). Resolución Ministerial No 303 – 2015 – MINEDU. Anexo. Normas y Documentos Legales. Lima, 12 de junio de 2015. https://www.gob.pe/institucion/minedu/normas-legales/168711-303-2015-minedu (Acesso em 19 de maio de 2024)

MONTAG, Susan. *Diccionario Cashinahua*: Tomos I e II. Yarinacocha: Instituto Lingüístico de Verano, 1981.

MONTAG, Susan. *Lecciones para el aprendizaje de la gramática pedagógica en Kashinawa*. Lima: Ministerio de Educación e Instituto Linguístico de Verano, 2008a [1975].

MONTAG, Susan. *Lições para a aprendizagem da língua Kaxinawá*. Lima: Ministerio de Educación e Instituto Linguístico de Verano, 2008b [1979].

MUHR, Rudolf. *The state of the art of research on pluricentric languages:*Where we were and where we are now. *In*: Rudolf Muhr (Ed.) *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwilde Par I:* Pluricentric Languages across Continents. Features and Usage. Bristol: Peter Lang Edition. 2016.

NAVARRO, Manuel. *Vocabulario castellano-quechua-pano con sus respectivas gramáticas quechua y pana*. Lima: Imprenta del Estado, 1903.

NORRBY, C; LINDSTRÖM, J; NILSSON, J & WIDE, C. "Pluricentric languages". *In*: J-O Östman & J Verschueren (eds)*, Handbook of Pragmatics*: 23rd Annual Installment . vol. 23. Amsterdam: John Benjamins. 2020. pp. 201-220.

Reiter, S., & Camargo, E. Shaping attitudes about indigenous languages and cultures: the exhibition project "Os Caxinauás – autonomia e contato" in Belém, State of Pará, Brazil. *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 17*(2), e20210028. 2022. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0028

REITER, Sabine; CAMARGO. "Eliane. Fortalecendo Língua e Cultura Indígena: o Projeto Caxinawá (2006-2011)". *In*: *Cadernos de Linguística*, v. 4, n. 2. 2023.

RODRIGUES, Cilene. "Migration within Tupi-Guarani Languages". *In:* Rudolf Muhr, Eugênia L. Duarte, Cilene Rodrigues, Juan Thomas (Eds.) *Pluricentric Languages in the Americas.* Graz/Berlin: PCL Press. 2022. pp. 9-30.

SÁNCHEZ, LILIANA. "Is Quechua II a Pluricentric Language Family?". *In:* Rudolf Muhr, Eugênia L. Duarte, Cilene Rodrigues, Juan Thomas (Eds.) *Pluricentric Languages in the Americas.* Graz/Berlin: PCL Press. 2022. pp. 9-30.